

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA NÚMERO TREZE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE NOVEMBRO 2015**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e quinze, nesta Cidade de Tarouca, Auditório Municipal Adácio Pestana, teve lugar a décima terceira sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira, primeiro secretário e Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, em substituição da segunda secretária.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supra mencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

- Membros eleitos diretamente:

- Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa; Paulo Jorge Dias Pereira; José Manuel de Andrade Oliveira; Manuel Leite dos Santos e Teresa Alexandra Carvalho Silva.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Gentil Cabral Duarte, Secretário da Junta de Freguesia de Várzea da Serra em substituição de Domingos dos Santos Rodrigues; João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Orlando Duarte Tibério Alves, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares em substituição de Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não comparecerem os seguintes membros: Dina Maria de Almeida Tomé e Liliana Matias Soares.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, e Susana Cristina Dias Pereira, José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

Verificando-se a falta por razões de saúde da Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, Dina Maria de Almeida Tomé, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou o membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, para completar a Mesa, aproveitando para desejar rápidas melhoras à Segunda Secretária da Mesa.

O membro Vítor Alexandre Cardoso Ferreira não estava presente no início da reunião, tendo chegado na altura que expressamente se indica.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou todos os cidadãos presentes, agradecendo-lhes por se terem deslocado a esta sessão.

Referiu que têm procurado estar cada vez mais perto dos cidadãos, pelo menos uma vez por ano, porque entendem que quanto mais os cidadãos conhecerem o trabalho dos órgãos municipais, mais consistentes serão as suas opiniões e mais capacidade terão para intervir.

Prosseguiu dizendo que estão aqui presentes os deputados municipais, os membros do Executivo, mas os mais importantes são os cidadãos do Concelho, porque é para eles e por eles que os órgãos municipais existem e trabalham.

Explicou que esta vai ser uma sessão de trabalho que pode nem sempre ser interessante, mas os assuntos que vão ser discutidos são muito importantes para o Concelho.

Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção dos presentes, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata n.º 12 da sessão ordinária de 25.09.2015;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1.º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17.º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Discussão e votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Municipal, das medidas de orientação da execução orçamental e do mapa de pessoal para o ano de 2016;

2. Discussão e votação do 10.º relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro;

3. Desenvolvimento Local - caminhos já percorridos e perspectivas para o futuro - "O orgulho de ser e viver em Tarouca-VV"

4. Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de € 400.000,00, no período de vigência do orçamento para 2016;

5. Discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em 2017, referente aos rendimentos de 2016;



FL. 003

2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

6. Discussão e votação da proposta de fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos, respeitante ao ano de 2015 a liquidar em 2016 e redução desta taxa nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente atendendo ao nº de dependentes do agregado familiar do proprietário;
7. Discussão e votação da 2ª alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca;
8. Apreciação e tomada de posição sobre o Relatório nº 1459/2015 da inspeção ordinária da Inspeção-Geral da Administração Local ao Município;
9. Apreciação e votação da proposta de reconhecimento de interesse público municipal, para efeitos do disposto no regime da RAN e da alteração simplificada da delimitação da REN, relativa à obra de ampliação de um entreposto frigorífico com a área de 206 m2, em que é requerente a sociedade "Macro Frio - Comércio Internacional de Produtos Alimentares, SA";
10. Apreciação da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 07.09.2015 A 16.11.2015;
11. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

♦ PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 12 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25.09.2015**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número doze da sessão ordinária de vinte e cinco de setembro último, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se de seguida à votação da ata número doze da sessão ordinária de vinte e cinco de setembro último, a qual foi aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e três abstenções dos membros Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, João Manuel Santos Félix e Orlando Duarte Tibério Alves, por não terem estado presentes naquela sessão.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi recebida a seguinte correspondência, a qual se encontra disponível para consulta:

- Convite do Agrupamento de Escolas de Tarouca - Comemoração do Dia Internacional Eco Escolas;
- Convite da CPCJ de Tarouca para o Dia Internacional da Convenção dos Direitos da Criança;
- Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca para a cerimónia do 41º Aniversário da Associação;

• Lucílio Fernando Assunção Teixeira - ofício de agradecimento pela atribuição da Medalha de Ouro Municipal. Prosseguiu informando que foram aceites pela Mesa as justificações de falta dos membros Dina Maria de Almeida Tomé e Liliana Matias Soares, as quais serão arquivadas sob os números um e dois, do maço de documentos número um do livro de atas número onze.

Quanto à contextualização da sessão, iniciou por referir que às sextas-feiras continuam a fazer o atendimento a cidadãos a título individual ou em representação de Instituições.

Informou que no dia vinte e sete de novembro corrente a Comissão Permanente da Assembleia Municipal fez uma visita, seguida de reunião, ao Agrupamento de Escolas de Tarouca, a qual lhes permitiu ter um contacto direto com a realidade daquela Instituição. Ressaltou que foram muito bem recebidos pela Direção do Agrupamento, tendo sido confrontados com um banho de realidade. Foram confrontados com fatores positivos, nomeadamente o trabalho de simbiose perfeita entre o Município e o Agrupamento, o que tem permitido uma mudança no paradigma educação deste Concelho, endereçando congratulações ao Senhor Presidente da Câmara pela forma como tem conseguido mudar a postura relativamente à educação e à liberdade de ação que lhes tem proporcionado, o que contribui para o seu desenvolvimento.

Manifestou a sua preocupação com a diminuição da natalidade no Concelho e consequentemente com a diminuição de alunos na escola, entendendo que necessitamos urgentemente de população mais jovem e que, por isso, tem de ser feita alguma coisa para contrariar esta realidade.

Salientou o atual momento político nacional, com a mudança de Governo, entendendo que se deve ter consciência das mudanças que poderão resultar disso.

Referiu ainda os atentados de Paris ou noutro local qualquer, porque têm repercussões muito próximas e diretas na vida de todos os cidadãos. Sugeriu por isso que se associem às vítimas do referido atentado e a todos os que sofrem pelo mundo fora, uma vez que um dia pode acontecer aos nossos familiares ou amigos, tendo solicitado um minuto de silêncio. Seguiu-se ao minuto do silêncio, uma salva de palmas.

Prosseguiu a sua intervenção, realçando a inauguração do Centro de Dia de Salzedas, uma obra muito interessante, que



Fl. 009
2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resultou de uma parceria entre várias entidades, incluindo o Município, tendo felicitado a freguesia de Salzedas.

Ressaltou o evento promovido pela Comissão de Proteção a Crianças e Jovens que envolveu inúmeras crianças, referindo que é uma estrutura discreta, mas com uma enorme importância no Concelho, felicitando a Dra. Susana Gouveia pelo trabalho que tem vindo a desenvolver.

Continuou informando que, sempre que é convidado como Presidente da Assembleia Municipal, que representa os cidadãos e o Município, tem participado nos eventos realizados no Concelho, tendo salientado o magusto em Mondim da Beira, o magusto dos Bombeiros, e a abertura do Pingo Doce, que é uma estrutura que veio criar muitos postos de emprego, e que teve o apoio total do Senhor Presidente da Câmara, tal como o tem vindo a fazer a outros empreendedores.

Destacou mais uma vez a importância da instalação do Posto de Emergência Médica para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Tarouca, o qual pressupõe um rendimento anual de cerca de quarenta mil euros para aquela Instituição, independentemente do trabalho que seja realizado, o que considera muito bom.

Aos representantes das Instituições e das Associações presentes salientou o importante trabalho de cidadania, que todos têm vindo a desenvolver, acreditando que é também dessa forma que Tarouca se vai desenvolvendo.

Cumprimentou e agradeceu ao Presidente da Assembleia Municipal de Tabuaço a presença nesta sessão, ressaltando que Tarouca é maior quando toda a região está unida.

Neste momento, o membro Vítor Alexandre Cardoso Ferreira chegou à reunião.

Passou-se de seguida ao

1º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se para intervir no primeiro momento do período de intervenção do público os seguintes munícipes:

- Senhor António Silva, residente no lugar de Valdevez, da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha;
- Senhor Acácio Bernardo, residente no Castanheiro do Ouro, da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares.

Interveio o Senhor António Silva tendo solicitado o encaminhamento para o rio Varosa das águas pluviais que vêm de Almodafa e passam por Valdevez, porque provocam diversos estragos enquanto não forem devidamente conduzidas.

Interveio de seguida o Senhor Acácio Bernardo Cardoso tendo alertado para a necessidade de ser construído um local para convívio dos residentes no Castanheiro do Ouro, uma vez que é o lugar mais pobre do Concelho em termos de espaços de lazer.

Lamentou que num Concelho tão cheio de história como o nosso, poucas pessoas a conheçam, designadamente as

personalidades importantes, como o Professor José Leite de Vasconcelos e o Padre Vasco Moreira, que deixaram uma obra muito importante e por isso deveriam ser lembrados. Entende que a Monografia do Concelho de Tarouca, da autoria do Padre Vasco Moreira, devia ser dada a conhecer aos Tarouquenses, porque é muito importante transmitir a riqueza da nossa história.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por se dirigir ao Senhor António Silva tendo-lhe informado que o assunto que apresentou constitui também uma preocupação do Senhor Presidente da sua Junta de Freguesia, que já lhes fez chegar esse pedido e por isso já têm previsto o envio para o local de uma máquina para executar esses trabalhos.

Ao Senhor Acácio Cardoso disse que registou com agrado a sua intervenção e que esperam encontrar o local mais adequado para o espaço de lazer que falta no Castanheiro do Ouro.

Disse ainda que considera que tem toda a razão relativamente ao Padre Vasco Moreira, e por isso irão ter a preocupação de divulgar a sua obra, assim como de outros autores do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia, a propósito, lembrou que a Zona Ribeirinha do Vale do Varosa terá espaços muito interessantes para lazer dos residentes no lugar do Castanheiro do Ouro e de todo o Concelho.

Terminado o primeiro momento da intervenção do público, passou-se à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pelo apoio dado para a concretização da abertura do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), que é uma valência muito importante para os deficientes do Concelho. Dirigiu também os parabéns ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia.

- **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** - Referiu a realização do Seminário "AVC e agora?", organizado pela Santa Casa da Misericórdia, agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo todo o apoio dado para a concretização do mesmo.

A propósito da baixa taxa de natalidade no Concelho, referida pelo Senhor Presidente da Assembleia, a qual acompanha a taxa verificada no País, solicitou que sejam

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

aprovadas medidas que incentivem a natalidade, com vista a mudarem as estatísticas no Concelho.

Relativamente ao Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) disse que era algo que sempre desejou para Tarouca e que agora se concretizou.

- **Manuel Leite dos Santos** - Realçou a viabilização pela Câmara Municipal dos Jogos Florais Vale do Varosa, os quais já se realizaram, agradecendo aos participantes, aos júris e ao Agrupamento de Escolas de Tarouca, porque todos contribuíram para o sucesso dos mesmos. Informou que os resultados estão publicados nos dois *sites* do Município.

Solicitou à Câmara Municipal que aqueles Jogos passassem a ter periodicidade anual e fossem alargados aos Concelhos limítrofes, porque merecem ter outra abrangência.

Congratulou-se com a participação de todos os candidatos, infantis, juvenis e adultos, salientando a participação dos alunos do Agrupamento, nas modalidades de prosa e pintura, porque foi um dia muito bonito e emocionante.

Concluiu lembrando que as valetas da EN329 estão a necessitar de ser limpas, para que possam escoar as águas pluviais devidamente.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Referiu a visita da Comissão Permanente ao Agrupamento de Escolas de Tarouca, realçando a disponibilidade da Direção para responder às questões que lhe foram colocadas.

Salientou que o Agrupamento de Escolas tem a funcionar das melhores infraestruturas que existem no País, contudo há constrangimentos relacionados, quer com a educação especial, quer com a baixa natalidade, que a todos devem preocupar. A propósito, referiu que tem sido muito discutida a questão dos emigrantes muçulmanos, no entanto entende que eles poderão ser a solução que a Europa necessita, em termos de natalidade.

Valorizou a entrada em funcionamento do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), que já era uma ideia do Senhor Presidente da Câmara de há muito tempo, sendo uma estrutura que envolveu o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Tarouca.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já teve mais algum contacto com o representante da empresa "Aldeias de Cor" sobre o empreendimento que pretendiam levar a efeito em Várzea da Serra.

Aproveitou para saudar os Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias pela sua presença nesta reunião, lamentando que não tivessem estado presentes na última sessão, a qual teria sido muito mais rica, pois teriam oportunidade de esclarecer não só os membros da Assembleia Municipal, mas os todos os Tarouquenses, sobre o que se passou com o referido empreendimento no anterior mandato, o que seria muito importante.

Relativamente à intervenção do Senhor Acácio Bernardo Cardoso, disse que, como professor de história, se sente culpado pela falta de divulgação da história local nas aulas de história, contudo o programa extenso do Ministério da Educação que têm de cumprir, impede-os de introduzir novas matérias, como a história local.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou por se dirigir ao membro Tiago Jorge Martins Eusébio tendo-lhe dito que, já no anterior mandato, quando era Vereador, defendia a instalação de um CAO, em vez da creche, contudo o Executivo da altura insistiu em criar a creche. Acrescentou que agora foi possível concretizar o desejo de muitas famílias que lidavam com situações de deficiência e que ficaram muito satisfeitas com a abertura do CAO. Por outro lado, as crianças que frequentavam a creche que estava instalada naquele local, também a continuaram a frequentar noutro local com condições idênticas, pelo que foram satisfeitas as duas necessidades, o que só foi possível com o contributo de todos.

Ao membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, relativamente ao seminário, disse que o Executivo está sempre disponível para colaborar em todos as ações que sejam desenvolvidas no Concelho, agradecendo-lhe a iniciativa.

Quanto à natalidade, disse que entende que, por mais medidas que venham a ser tomadas, essa realidade não mudará enquanto não houver estabilidade no País e não for criado emprego no Concelho, por isso são necessárias novas empresas e novos serviços, que é o que continuam a tentar cativar para o Concelho.

Ao membro Manuel Leite dos Santos disse que, quando lhe foi apresentado o projeto dos Jogos Florais, logo se disponibilizou para apoiar a sua realização, porque é dessa forma que sabe estar na política, pois o Concelho precisa de todos e ninguém pode trabalhar isoladamente. Por outro lado, considera que foi uma excelente oportunidade para todos os participantes. Manifestou-lhe o seu reconhecimento por todo o trabalho realizado, bem como à equipa que o acompanhou na concretização dos Jogos Florais.

Ao membro António Luís Carrapa Sarmento disse que teve apenas um contacto telefónico com o representante da empresa "Aldeias de Cor", que o informou que tinha um plano B, não tendo dado qualquer outra informação. Disse ainda que este Executivo se disponibilizou totalmente para ajudar a empresa a encontrar uma solução, estando a aguardar mais informações.

Passou de seguida a palavra ao Senhor Vereador José António Amaro Nunes, na sequência do seu pedido para intervir.



2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Vereador José Antônio Amaro Nunes, relativamente à referência feita pelo membro António Luís Carrapa Sarmento quanto à sua falta à última sessão da Assembleia Municipal, explicou que a justificou ao Senhor Presidente da Assembleia, a qual aconteceu por motivo ponderoso, pois representa o distrito em algumas funções em que a sua presença é impreterível.

Disse ainda que apesar de não ter estado presente naquela sessão, teve oportunidade de ler a ata para se inteirar do que se passou.

Explicou que, no anterior mandato, houve uma empresa que apresentou um projeto de um empreendimento, que abrangia terrenos pertencentes aos baldios de Várzea da Serra, não envolvendo qualquer terreno propriedade do Município. Contudo, o Município assim como o Conselho Diretivo de Várzea da Serra interessaram-se pelo processo, dada a sua importância para o Concelho.

Quanto à preocupação manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara à comunicação social sobre os prejuízos para o Município com a não realização do empreendimento, explicou que o Município não terá quaisquer encargos, uma vez que nem os terrenos, nem o que estava perspectivado para a zona tinha a ver com a Autarquia.

Prosseguiu informando que, no caso de não realização das obras, no período previsto no contrato, que está bem firmado e que prevê uma cláusula de reversão, a qual pode ser acionada, sem precisar de se recorrer a meios judiciais, revertendo os terrenos para a comunidade de Várzea da Serra, sem quaisquer encargos para o erário público.

Quanto às razões invocadas pela empresa para não realização do empreendimento, elas podem ser muitas e aceitáveis ou não, depende da interpretação. Contudo, quanto ao impedimento invocado pela empresa relacionado com o licenciamento do aviário em Várzea da Serra, informou que o projeto do aviário já estava iniciado e já tinha contrato de arrendamento de um baldio para a sua construção, antes do início das negociações com a empresa, conforme pode confirmar o membro Manuel do Carmo Ferreira, na altura Presidente da Junta de Várzea da Serra e Presidente do Conselho Diretivo dos compartes dos Baldios. Por isso, esse motivo invocado não é verdadeiro, no sentido de ser agora inviabilizante para o empreendimento, pois tinham efetivo conhecimento do mesmo. Acrescentou que os contratos existem e podem terminar conforme as partes o entenderem.

Referiu ainda que, para além do aviário, também aludiam à pedreira como impedimento para o empreendimento, a qual já estava aprovada três ou quatro anos antes da apresentação do projeto do empreendimento, para além de que aquele se situa num raio de segurança superior a quinhentos metros.

Concluiu dizendo que, pelo exposto, entende que a empresa não pode usar o argumento de que, quer o aviário, quer a pedreira, constituam impedimento à concretização do projeto "Aldeias de Cor", porque ambos os investimentos já estavam mais do que definidos e a empresa teve pleno conhecimento dos mesmos logo no início do projeto.

- O Senhor Presidente da Assembleia explicou que este assunto foi discutido na última sessão, porque cabe à Assembleia Municipal fiscalizar e acompanhar a atividade do Executivo Municipal e, por isso, para serem consequentes com essa missão, criaram um ponto na anterior sessão para esclarecer o projeto denominado "Aldeias de Cor" em Várzea da Serra.

Prosseguiu dizendo que, para esse efeito, tentou informar-se junto da Câmara Municipal sobre o processo e quando o analisou deparou-se com um dossier demasiado incipiente, para um projeto que se preconizava de tão grande dimensão, pois o que encontrou foi um processo que nem para a construção de uma casa de habitação seria suficiente.

Considera que se trata de uma situação preocupante, uma vez que foram passados terrenos do domínio público para o domínio privado, sem qualquer garantia que pudesse vincar essa cedência de terrenos.

- O Senhor Presidente da Câmara explicou que gostaria que ficasse bem claro que o Executivo fará sempre tudo o que for possível para apoiar qualquer investimento no Concelho.

No que respeita ao empreendimento das Aldeias de Cor, disse que efetivamente o que foi invocado pelo representante da empresa é que a construção do aviário impediu a construção do empreendimento em causa. Lamentou que esta situação aconteça, aceitando que pode ser uma desculpa que a empresa está a usar para não construir o empreendimento, até porque desde o início duvidou da exequibilidade do projeto por ser tão megalómano. Acrescentou que apesar de não ter intenção de culpar ninguém, entende que o processo foi mal encaminhado pelo anterior Executivo, pois os promotores não reuniam as condições necessárias para executarem um projeto daquela envergadura.

Passou-se de seguida à discussão do primeiro ponto da ordem do dia:

PONTO 1: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ORÇAMENTO MUNICIPAL, E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016

Presentes as seguintes propostas aprovadas pela Câmara Municipal em sua reunião de dois de novembro corrente, as quais foram enviadas antecipadamente a todos os membros:

❖ Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e dezasseis, contendo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Municipais), prevendo o primeiro um montante total de despesas de investimento, para o próximo ano, de € 2.491.500,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil e quinhentos euros) e o segundo o montante total de despesa, para o próximo ano, de € 3.239.000,00 (três mil, duzentos e trinta e nove mil euros);

* Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezasseis, o qual apresenta uma previsão da receita igual à da despesa no montante total de € 13.382.375,00 (treze milhões, trezentos e oitenta e dois mil e trezentos e setenta e cinco euros), sendo que € 10.449.930,00 (dez milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e novecentos e trinta euros) corresponde ao montante das receitas correntes e € 9.012.930,00 (nove milhões, doze mil e novecentos e trinta euros) corresponde ao montante de despesas correntes; e € 2.932.445,00 (dois milhões, novecentos e trinta e dois mil e quatrocentos e quarenta e cinco euros), correspondente ao montante das receitas de capital e € 4.369.445,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil e quatrocentos e quarenta e cinco euros) corresponde ao montante das despesas de capital; e

*Mapa do pessoal para o ano de dois mil e dezasseis.

Verificou-se ainda que a proposta do Orçamento Municipal é composta pelos seguintes elementos:

*Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano, contendo a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09;

*Resumo do Orçamento;

*Mapa resumo das receitas e despesas do Município;

*Orçamento da receita e orçamento da despesa, desagregado segundo a classificação orgânica económica (alínea b) do n.º 1 do citado artigo 46.º);

*Mapa dos encargos anuais a satisfazer com a amortização de empréstimos;

*Cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, para efeitos do disposto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09;

*Mapa das transferências para as Juntas de Freguesia - Delegação de competências;

*Articulado contendo as medidas para orientar a execução orçamental (alínea d) do n.º 1 do citado artigo 46.º);

* Mapa com a informação das entidades participadas pelo Município que são classificadas pelo Instituto Nacional de Estatística como "Serviços Autónomos da Administração Local", às quais foi solicitada a apresentação dos respetivos orçamentos para dois mil e quinze, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do citado artigo 46.º);

* Mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal,

incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente (alínea c) do nº2 do citado artigo 46º);

* Informação sobre o Quadro Plurianual de Programação Orçamental;

* Mapa das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais;

* Identificação e descrição das responsabilidades contingentes.

Verificou-se que a proposta das Grandes Opções do Plano é composta pelos seguintes elementos:

*Resumo das Grandes Opções do Plano, por funções;

*Resumo do Plano Plurianual de Investimentos;

*Resumo do Plano de Atividades Municipal;

*Plano Plurianual de Investimentos;

*Plano de Atividades Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre os documentos em causa.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por agradecer o trabalho feito pelos funcionários do Município, que se disponibilizaram totalmente, muito para além do horário de trabalho, para conseguirem elaborar atempadamente os documentos.

Agradeceu ainda ao Senhor Vice-Presidente pela forma responsável como acompanhou todo o processo e à Senhora Vereadora pela sua colaboração.

Agradeceu também aos Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias por se terem disponibilizado para serem ouvidos sobre os documentos, o que acabou por ser um trabalho de equipa, e que demonstra bem a forma harmoniosa como o Executivo trabalha.

Continuou referindo que o relatório elenca as prioridades do Executivo, as quais continuam a ser as mesmas desde que tomaram posse, nomeadamente a educação, a saúde, a agricultura, o empreendedorismo e o turismo.

Quanto às obras de grande dimensão que estão ali elencadas, disse que só serão concretizadas se for obtido apoio do atual quadro comunitário, uma vez que as dificuldades financeiras do Município continuam a ser enormes, pois vivem todos os dias asfixiados pela situação financeira.

Disse que pediu aos técnicos algumas informações contabilísticas para se enquadrar, tendo verificado que, até ao ano de dois mil e treze, o Executivo anterior pagava anualmente de juros e amortizações o valor de quinhentos mil euros e mesmo assim aumentou a dívida. Enquanto o atual Executivo, em dois mil e catorze, pagou um milhão e quatrocentos mil euros de juros e amortizações e conseguiram mesmo assim reduzir a dívida. Apesar de não querer com isto culpar o Executivo anterior, entende que atualmente tem sido feita uma boa gestão.



2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Salientou que pretendem prosseguir com a execução das obras necessárias nas freguesias e, por isso, gostaria de continuar a contar com a colaboração do Executivo, dos Senhores Presidentes Juntas de Freguesia, de todos os membros da Assembleia Municipal e dos funcionários do Município, pois só com a conjugação de esforços será possível melhorar a qualidade de vida dos Tarouquenses.

De seguida, passou a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para apresentar os documentos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por referir que estes documentos marcam os desígnios para o próximo ano, apesar de serem uma previsão.

Explicou que a sua apresentação se divide em três partes, que são: Conjuntura Económica; Eixos Estratégicos de Desenvolvimento; Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Quanto à conjuntura económica, referiu a frágil situação financeira do Município, que já é do conhecimento de todos, e que se mantém com constantes dificuldades de tesouraria, uma vez que a dívida atingiu mais de catorze milhões de euros, pois as amortizações ao empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro contraído em dois mil e dez, só começaram a ser pagas em dois mil e catorze, o que veio trazer mais dificuldades, sendo por isso um dos grandes objetivos do Executivo reduzir as despesas correntes.

Referiu ainda que, com o Plano de Saneamento Financeiro, a Autarquia não pode aumentar a dívida, nem aumentar das despesas com pessoal, e as receitas deviam aumentar, o que não é fácil num Município com as dimensões do nosso. Desta forma, aquele plano constitui um constrangimento enorme para o Município, porque restringe a sua atividade, quer no que respeita, por exemplo, à contratação de novos trabalhadores, quer à contratação de novos empréstimos. Por outro lado, a situação económica do País veio piorar a situação do Município, porque as receitas da Administração Central também diminuíram.

Salientou que nem tudo são más notícias, porque em 2016 terá início o novo Quadro Comunitário, que vem trazer novas possibilidades ao Município.

Prosseguiu informando que se mantêm os seguintes cinco eixos estratégicos para o Concelho: desenvolvimento económico e sustentável; inclusão e coesão social; educação e formação; cultura, desporto e associativismo; e modernização da Autarquia.

Quanto ao desenvolvimento económico e sustentável, continua a manter-se a valorização dos recursos produtivos e endógenos, porque, para este Executivo, existem dois pilares base de desenvolvimento sustentável, um é a agricultura e o outro o turismo.

Relativamente à agricultura, destacou o mercadinho de Santa Helena; a Régiefrutas que é uma estrutura muito endividada,

porque só funcionava dois meses por ano, mas atualmente tem uma nova linha instalada e vai começar a funcionar doze meses por ano; a conservação, remodelação e eletrificação de caminhos agrícolas; o arranjo dos caminhos florestais; e a proteção do meio ambiente.

Quanto à inovação, diferenciação e empreendedorismo, disse que querem que seja uma realidade a área de acolhimento empresarial local, o que não tem sido fácil, mas o Senhor Presidente da Câmara tem lutado muito pela sua concretização, porque se pretende que todos os empreendedores tenham condições para trabalhar.

Salientou as parcerias a estabelecer com Instituições do Ensino Superior de forma a garantir o acompanhamento e desenvolvimento científico dos produtos endógenos, nomeadamente da baga de sabugueiro.

Relativamente ao turismo, paisagem e património, destacou a participação do Município em diversos eventos, a exemplo do que já aconteceu, designadamente: na BTL, no Aeroporto Sá Carneiro, no Mc Donalds, no IPDJ, entre outros.

Ressaltou ainda a criação de alguns eventos diferenciadores, capazes de atrair pessoas ao Concelho, nomeadamente, atividades de Zumba, criação de roteiros turísticos, promoção de melhoramentos em Santa Helena e na Alcáçima; concretização do projeto da zona ribeirinha, se houver apoios comunitários; dinamização da loja interativa do Turismo; da Casa do Paço; projeção da marca Vale Varosa; e a execução do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, no qual estão a ser definidas as áreas de reabilitação urbana, para que não se deixem degradar as zonas mais antigas.

Quanto à empregabilidade, disse que é um dos maiores objetivos dos eixos estratégicos, pretendendo-se manter as parcerias com o IEFP, melhorar as competências e a escolaridade, renovar o Gabinete de Inserção Profissional e apostar na formação profissional.

No que se refere ao eixo relativo à inclusão e coesão social, disse que pode faltar dinheiro para tudo, mas não há de faltar dinheiro para quem precisa do Município para viver com alguma dignidade. Como medidas, realçou a solidariedade em rede, ações de participação cívica, reestruturação dos serviços da Unidade Móvel de Saúde, a promoção dos hábitos saudáveis e o apoio à natalidade, que consta deste orçamento, e que será muito importante para as famílias do Concelho.

Quanto á educação e formação, disse que se pretende manter a parceria com a comunidade educativa, porque é muito importante, procurando-se criar dinâmicas em torno de programas de combate ao abandono e insucesso escolar; apoiar e dinamizar ações com a comunidade educativa que visem promover o empreendedorismo; fomentar a cultura intergeracional; manter a utilização dos espaços escolares



2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

fora do período letivo; melhorar o espaço exterior do centro escolar, para as crianças brincarem.

No que concerne ao eixo da cultura, desporto e associativismo, salientou a valorização cultural que continuará com a Academia de Música, à qual já foi acrescentado o ensino de instrumentos de sopro, com a promoção de diversos eventos culturais, com o cinema e agenda de eventos

No âmbito do associativismo e mobilização territorial, disse que irão promover ações de formação para dirigentes e continuar a apoiar as dinâmicas associativas. Continuarão também a promover o desporto saudável, mantendo o apoio às diversas atividades desportivas.

No que se refere à modernização dos serviços da Autarquia, disse que irão continuar a melhorar o projeto em curso, havendo necessidade de adquirir *hardware* e *software*, que permita atingir os seus objetivos.

Referiu a eficiência energética, que está a decorrer nas piscinas, no campo de futebol e edifícios, a qual irá avançar para a iluminação pública e para o conhecimento da rede de águas e saneamento para controlo das perdas e das infiltrações.

Quanto ao orçamento para o ano dois mil e dezasseis, informou que o montante das receitas correntes é de € 10.449.930,00 (dez milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e novecentos e trinta euros), e das despesas correntes é de € 9.012.930,00 (nove milhões, doze mil e novecentos e trinta euros) e que o montante das receitas de capital é de € 2.932.445,00 (dois milhões, novecentos e trinta e dois mil e quatrocentos e quarenta e cinco euros) e das despesas de capital é de € 4.346.445,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e quarenta e cinco euros).

Concluiu dizendo que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento têm como principal visão garantir a inclusão social, melhorar a qualidade de vida de todos os Tarouquenses, reduzir as despesas correntes e aproveitar os fundos comunitários para maximizar a receita, de forma a permitir a sustentabilidade económica.

Intervieram os seguintes membros da Assembleia Municipal:

- **Rui Manuel Costa Pereira** - Iniciou por referir que ouviu com atenção as intervenções anteriores, mas que tem de discordar com o Senhor Presidente da Câmara quando disse não querer culpar o Executivo anterior pela atual situação financeira do Município, porque entende que não pode deixar de ser responsabilizado.

Prosseguiu dizendo que, efetivamente, em dois mil e dez, foi contraído o empréstimo de saneamento financeiro, para fazer face às dívidas aos fornecedores, mas o grande problema é que foi contratado com um período de carência de três anos,

de forma a iniciar-se o seu pagamento só em dois mil e catorze, ou seja adiaram a dívida para outros pagarem, o que entende que não foi uma boa forma de proceder. Por outro lado, e mais grave do que isso, apesar de terem contraído o referido empréstimo de saneamento financeiro e de não terem de o amortizar, continuaram a aumentar a dívida. Por tudo isso, não pode deixar de atribuir ao anterior Executivo culpas pela atual situação financeira do Município.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Lamentou que ao fim de dois anos de mandato se esteja ainda a falar do passado e da herança do passado. Considera que, como não há obra feita para falar, optam por falar do passado.

Referiu que sendo assim vai também falar do passado, lembrando que se esta reunião está a decorrer no Auditório Municipal e se há cinema em Tarouca, foi porque houve alguém do anterior Executivo que construiu este magnífico edifício, com sala de cinema. Se há piscinas cobertas no Concelho, foi porque alguém as construiu. Se há problemas a resolver na Regiefrutas, foi porque alguém construiu aquele edifício e se propôs escoar a baga do sabugueiro para apoiar os agricultores.

Acrescentou que se querem falar do passado, ele também falará, porque o passado trouxe investimentos, para os quais foi preciso dinheiro, e por isso houve necessidade de se recorrer à banca. Continuou lembrando que se temos Academia de Música, é porque veio do passado, se há Loja Interativa de Turismo, foi porque alguém do passado teve a ideia de a construir, entre muitos outros exemplos.

Concluiu dizendo que o passado é uma herança que têm de assumir, quer para o bem, quer para o mal.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Destacou a forma excelente como foi apresentado o orçamento.

Referiu que já estava com saudades das intervenções do membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, com quem concorda quando diz o que seria de nós sem o passado, se por exemplo recuarmos ao tempo de D. Afonso Henriques.

Continuou dizendo que, efetivamente, há dois anos que não há grandes obras, porque não há dinheiro, e não há dinheiro porque o anterior Executivo pagava anualmente quinhentos mil euros de juros e amortizações e o atual Executivo paga anualmente um milhão e quatrocentos mil euros, o que se deve ao facto de o anterior Executivo ter contraído um empréstimo de saneamento financeiro em dois mil e dez e terem decidido que o mesmo só começaria a ser amortizado em dois mil e catorze, isto é adiando a dívida para outros pagarem.

Lembrou que se atualmente temos cinema, foi porque o atual Executivo comprou uma máquina de projeção, uma vez que a anterior estava obsoleta.

Disse que efetivamente as piscinas cobertas são um investimento do anterior Executivo, contudo lembrou que



2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

neste Concelho já havia piscinas descobertas há muitos anos, até antes de existirem em Lamego.

Perguntou ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira como é que, com a atual situação financeira do Município, quer que se façam grandes obras. E se ainda sonha com o teleférico, ou com o nó da A24, pois entende que o futuro de Tarouca não passa por esses sonhos.

Concluiu dizendo que a atual conjuntura política deu àquele membro um novo ânimo, pelo que lhe dá os parabéns, esperando mais intervenções do género.

- **O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes** dirigindo-se ao membro Rui Manuel Costa Pereira disse que é verdade que os verdadeiros culpados da situação financeira do Município são efetivamente os do passado, ou seja os que deixaram esta dívida toda para os do futuro pagarem.

Referiu que foi membro da Assembleia Municipal no passado, quando ainda não havia dívidas, e que foi efetivamente o Executivo anterior que contraiu estas dívidas todas.

Lamentou que se faça demagogia quanto ao passado, pois o que é verdade é que ele está a impedir o futuro que as crianças do Concelho tinham direito. Afirmou que as obras referenciadas, na verdade, foram pensadas e construídas no passado, mas a maior parte delas ainda se encontram a ser pagas, ou por dívidas a fornecedores, ou por empréstimos que foram contraídos para as pagar. Não é razoável apenas pensar e executar, é necessário que se faça esse exercício, mas tendo sempre como base a sustentabilidade. Disse ainda que o passado pode colocar em causa até o pagamento do vencimento aos funcionários do Município. Por outro lado, lembrou que o passado ajudou a que muitas empresas fechassem, porque o Município não pagava o que lhes devia, bem como tirou a possibilidade a este Executivo de poderem fazer mais e melhor, porque todos os dias enfrentam dificuldades motivadas pelo passado, tendo de estar constantemente a pensar na forma como vão poder pagar um simples prego que precisam de comprar.

Prosseguiu dizendo que, quando tomaram posse há dois anos, o Município estava em desequilíbrio financeiro, o que significava que se não tivessem tomadas medidas urgentes, os funcionários poderiam deixar de receber o vencimento.

Concluiu dizendo ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira que o que acabou de fazer não foi um cinema, mas representou muito bem, por isso bem-vindo ao futuro.

- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que concorda com o membro Rui Manuel Costa Pereira, mas não gosta de criticar o passado e daí a sua afirmação.

Quanto às obras referidas pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, recordou que ainda estão a ser pagas despesas relativas a obras executadas no ano de dois mil e nove. Quanto à Régiefrutas, disse que só lhe apetece fechá-

la, em face da dívida de dois milhões e quinhentos mil euros que encontrou quando tomou posse, não conseguindo entender como se chegou àquele montante de dívida, depois de todos os apoios financeiros que aquela infraestrutura obteve.

Salientou ainda que, efetivamente, houve muitas coisas no passado que estiveram muito mal, por terem sido contraídas tantas dívidas, que prejudicam agora toda a população do Concelho e vão continuar a prejudicar por muitos anos.

Concluiu dizendo que apesar de louvar a obra que foi feita no passado, não pode deixar de reconhecer as dificuldades que as dívidas que foram contraídas trouxeram para o presente e para o futuro.

Terminada a discussão do assunto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido aprovado por unanimidade o seguinte:

- ♦ a proposta das Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis;

- ♦ a proposta de Orçamento Municipal para o ano de dois mil e dezasseis;

- ♦ o mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezasseis;

- ♦ as seguintes medidas para orientar a execução orçamental em 2016, constantes do articulado supra referido:

1 - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação:

1.A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06 e para efeitos de aplicação da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02 (LCPA), por razões de simplificação e celeridade processual, dá autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, excluindo os compromissos já autorizados em exercícios anteriores, até aos seguintes montantes máximos:

2017: € 2 500 000,00

2018: € 500 000,00

2019: € 200 000,00

2020 e seguintes: € 100 000,00

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos



Fl. 016
2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

2 - Delegação de competência no Presidente da Câmara)

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º3 do artigo 6.º da LCPA, delega no Presidente da Câmara Municipal a competência para assumir compromissos plurianuais, nos casos em que o respetivo valor seja inferior a € 99 759,58.

3 - Atualização da tabela de taxas municipais)

Ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29.12, a Tabela de Taxas Municipais, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º135, de 14.07.2010, é atualizada, em 2016, em 1,2%, de acordo com a taxa de variação média anual do Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), publicada pelo Banco de Portugal no Boletim Económico, em julho de 2015.

4 - Autorização genérica com limites à concessão de isenções e reduções fiscais)

1. Para efeitos do disposto no n.º2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, é autorizada a concessão de isenções e reduções de taxas municipais, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 135, de 14.07.2010, até aos seguintes montantes:

a) Serviços, atividades e licenciamentos diversos: € 1 000;

b) Edificação e urbanização: € 12 500,00;

c) Utilização, aproveitamento e ocupação de espaços e bens do domínio público e privado municipal: € 40 000,00.

2. Os montantes fixados no número anterior resultam do cálculo efetuado pelos serviços municipais, com base nas isenções e reduções concedidas em 2015 e nas previstas para 2016.

3. A atribuição das isenções e reduções fiscais deve ser precedida de prévio enquadramento nas normas do regulamento municipal e visam:

a) incentivar a fixação de famílias no concelho, em especial nas zonas históricas;

b) apoiar as famílias com menores recursos financeiros;

b) incentivar a fixação de empresas e os pequenos produtores agrícolas;

c) incentivar a prática desportiva e a utilização dos equipamentos de utilização coletiva existentes, por munícipes de todos os escalões etários;

d) incentivar a realização de eventos culturais, desportivos ou outros, com interesse para a população local e que contribuam para a dinamização e divulgação das potencialidades do concelho;

e) apoiar instituições particulares de solidariedade social e outras entidades, na realização de atividades de

natureza social, educativa, cultural ou desportiva, com interesse para a população local.

4 - Administração direta

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 08.06 é autorizada a execução por administração direta, de obras constantes do Plano Plurianual de Investimentos para 2016, até ao valor de € 250 000,00, por cada uma.

5 - Abertura de procedimentos de contratação pública com encargos em mais de um ano económico

É autorizada a abertura de procedimentos de contratação pública relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, nos termos previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06.

6 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem

É aprovada a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10.02, para vigorar em 2016, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO 10.º RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Presente o décimo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro em cumprimento do número seis do artigo sexto do Decreto-Lei número trinta e oito/dois mil e oito, de sete de março, respeitante ao período de um de abril a trinta de setembro do corrente ano, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de dezanove de novembro corrente, o qual foi enviado a todos os membros antecipadamente.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por explicar que o Executivo conseguiu, no período em causa, reduzir o excesso do endividamento em 15,26%, cerca de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

seiscentos mil euros, assim como reduziu o excesso da dívida em 17,85%, e as dívidas aos fornecedores em 26,78%. Quanto ao rácio dos passivos financeiros, explicou que não pode ultrapassar os 200%, situando-se neste período em 181,90%.

Em relação ao prazo médio de pagamentos a fornecedores, explicou que no ano de 2013 havia uma dívida à ATMAD que não tinha sido registada, e que ao ser registada, fez aumentar aquele prazo, contudo os fornecedores estão a receber em menor prazo.

No que concerne às medidas que estão obrigados a cumprir, referiu aquelas que conseguiram reduzir, designadamente as seguintes: os gastos com material de escritório; os montantes com transferências e subsídios; as despesas com transportes escolares; as despesas com a aquisição de produtos químicos e material de limpeza; a despesa corrente; as despesas com pessoal; o gasto com os produtos alimentares para as refeições escolares; as festividades de S. Miguel; despesa com a iluminação das instalações desportivas, devido à eficiência energética; despesas com serviços especializados; entre outras.

Referiu ainda as medidas que tiveram algum aumento, nomeadamente as seguintes: os gastos com comunicações por causa da alteração para a fibra ótica; os gastos com gasóleo que aumentaram por causa dos transportes escolares; as despesas com associações desportivas, por causa do aparecimento de novas Associações como a Associação Downhill e o Sport Clube de Tarouca, as quais se têm traduzido em novas dinâmicas para o Concelho; a despesa com a iluminação pública, da qual se aguarda uma nota de crédito, porque houve um erro.

Informou ainda que não foram admitidos novos trabalhadores, que apenas têm tido pessoas por contratos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Prosseguiu informando que conseguiram encontrar formas para obterem mais receita relativas ao abastecimento de água e saneamento, através da selagem dos contadores. E que preveem um aumento da receita com a alteração ao regulamento de taxas.

Lembrou a necessidade de obterem novas receitas, nomeadamente através da instalação de mais parques eólicos. Explicou que as Piscinas Municipais tiveram uma quebra de receita, por terem estado fechadas, dadas as deficiências encontradas na obra.

Salientou que a receita de cinema de 2015 é superior à receita dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 juntos, ou seja tiveram mais de 300% de aumento de receita de cinema.

Referiu que este Plano de Saneamento Financeiro não é um fim em si mesmo, porque o que pretendem é uma Autarquia

sustentável económica, financeira e socialmente, que garanta o futuro dos nossos filhos e netos.

Concluiu agradecendo a colaboração dos trabalhadores do Município, que se empenharam na elaboração destes documentos, e a todos os que ajudam no dia-a-dia a garantir a redução despesa, a maximizar receita e a atingir todos os objetivos do Executivo, de forma aberta e transparente.

Intervieram os seguintes membros:

- **José Manuel Andrade Oliveira** - Em resposta ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira por ter referido que não há obra, disse que a obra deste Executivo está em todos estes indicadores de redução de despesa que acabaram de ser apresentados.

Considera que fazer muita obra para que os vindouros paguem é fácil, mas é de uma enorme irresponsabilidade comprar ou construir seja o que for sem ter condições para pagar, ou adiar o respetivo pagamento para que outros o façam.

Disse ainda que o membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira não tem desculpa para afirmar que não há obra, porque teve acesso antecipadamente a todos os documentos e aos indicadores demonstrados, por isso as afirmações que fez, tendo total conhecimento da atual situação financeira, é que são de uma tremenda irresponsabilidade.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Lamentou que aqui se continue a não discutir o futuro, e a insistir em discutir o passado.

Parece-lhe ainda, pelas afirmações que ouviu, que no passado se via cinema ao ar livre, a preto e branco e sem som e mais nada do que isso.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Disse que efetivamente não se via cinema ao ar livre, mas por acaso há alguns anos a Associação de Juventude apresentava sessões de cinema ao ar livre antes de existir este Auditório, e que era uma excelente forma de ver cinema.

Disse ainda que este Plano de Saneamento Financeiro só existe, porque foi necessário pedir um empréstimo de seis milhões e quinhentos mil euros há cinco anos, para pagar aos fornecedores. Por isso, se ele não existisse, estariam aqui todos contentes, porque havia dinheiro e não teriam necessidade de estar a discutir se há obras ou não há obras. Referiu ainda que não se coloca em causa as infraestruturas que foram construídas no passado, mas sim se havia necessidade dessas infraestruturas, se havia dinheiro para as pagar e se elas não hipotecariam o futuro. Entende por isso que o registo do passado é importante, desde que seja contextualizado.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação do plenário os documentos, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o décimo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento



Fl.

013

2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Financeiro, respeitante ao período de 01.04.2015 a 30.09.2015

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - DESENVOLVIMENTO LOCAL - CAMINHOS JÁ PERCORRIDOS E PERSPETIVAS PARA O FUTURO - "O ORGULHO DE SER E VIVER EM TAROUCA-VV"

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que, por estarem no meio do mandato, pretende-se que neste ponto da ordem do dia os Senhores Presidentes de Junta deem conta do trabalho que têm vindo a realizar e do que pretendem concretizar no futuro.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rufino Marcelo Queirós, Presidente da Junta de Freguesia de Mondim da Beira** - Iniciou por salientar a liberdade de expressão e de ação que existe nesta Assembleia Municipal, bem como o facto de se saber lidar de forma muito humana com todas as questões e de se tratar os problemas das pessoas com celeridade, tendo boas práticas de cidadania, pelo que está de parabéns.

Continuou dizendo que o Executivo Municipal tem uma grande afinidade com todos os Presidentes de Junta, ajudando-os e incentivando-os no seu dia-a-dia, colocando o bem-estar dos Municípios acima das questões políticas, dando mais importância à aproximação às pessoas do que às grandes obras, pelo que também está de parabéns.

Referiu que, quando há dois anos ganhou as eleições, o primeiro a dar-lhe os parabéns foi o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo. Na altura, pensou que, por ser da oposição, iria ter problemas de relacionamento com o Executivo, mas isso não se verificou, muito pelo contrário, porque tem sempre conseguido o apoio necessário para conseguir resolver as dificuldades da sua freguesia.

Referiu ainda a excelência da equipa que tem liderado na sua freguesia, e que tudo têm feito para conseguir o bem-estar dos seus conterrâneos.

Em jeito de reflexão disse que o verdadeiro político é aquele que, mesmo em posição contrária, vê um amigo naquele que não defende as suas ideias e, por isso, apesar de estar aqui a representar o PS, condena a nível nacional os políticos sem vergonha que rasteiram os que ganharam, para tomarem o seu lugar.

Concluiu dizendo que nada nem ninguém lhes tire a alegria de viver em Tarouca

- **João Manuel Santos Félix, Presidente da União das Freguesias de Gouveias e Ucanha** - Iniciou por dizer que entende que o Concelho está bem equipado em termos de infraestruturas e que os tarouquenses têm uma boa qualidade de vida. Referiu que existe saneamento básico em quase todo o Concelho, boas estradas municipais, espaços verdes,

recintos desportivos, piscinas, auditório, serviços públicos, centro escolar, centro de saúde, entre outros, mas há ainda muito por fazer.

No que respeita aos idosos, entende que se deve continuar a tentar tirá-los da solidão, o que não deve passar só pela ginástica e pelos passeios, mas sim por cuidados permanentes, com a criação de uma rede social alargada, para que se precisarem de um Lar não tenham de sair do Concelho, pois apesar da Santa Casa da Misericórdia fazer um bom trabalho, não é suficiente.

Quanto à agricultura, disse que apesar de ter o apoio do poder político, é necessário fazer com que esta atividade seja motivo de esperança no futuro, sendo essencial, por exemplo, garantir que os agricultores do Concelho tenham água para regarem as suas culturas, bem como apoiar estruturas que permitam candidatar a fundos comunitários as culturas essenciais do Concelho.

No que respeita ao turismo, disse que não pode ser um turismo só de passagem de turistas que visitam a região demarcada do Douro, precisam de ser criados roteiros concelhios que permitam mostrar a beleza do Vale do Varosa, para conquistar turistas que façam crescer a economia do Concelho.

Entende que a zona industrial é imprescindível, para fixar os nossos jovens, pois criará postos de trabalho, e fará crescer a economia.

Considera que devem ser exploradas as zonas de recreio e de lazer do Rio Varosa.

Deu uma palavra de apreço aos habitantes de Gouveães e Ucanha, desejando que continuem todos a remar no mesmo sentido, a fim de conseguirem o melhor para o Concelho.

Concluiu dizendo ao Senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia que entende que se os pontos que referiu forem atendidos, contribuirão indubitavelmente para o sucesso e desenvolvimento do Concelho.

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira, Presidente da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira** - Disse que ser presidente da junta é uma missão e a sua primeira palavra vai para o Senhor Presidente da Câmara, que entende perfeitamente aquela missão, tendo sempre a porta aberta para os ouvir e resolver as suas dificuldades.

Quanto ao balanço dos dois anos de mandato, disse que teve a sorte de ter tido antecessores que deixaram numa boa posição a sua freguesia, quer em termos de espaços, quer administrativamente, quer financeiramente, reconhecendo todo o trabalho que foi feito nas duas freguesias, porque é mais fácil ser Presidente da Junta de Freguesia depois deles.

Explicou que se têm orientado neste mandato com base em cinco pontos essenciais para conseguirem fazer uma boa obra. Em primeiro lugar fizeram o levantamento dos compromissos



2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

assumidos pelo Executivo que os antecedeu e orgulhosamente conseguiram honrar parte deles. Depois fizeram o levantamento das necessidades pontuais das pessoas, para lhes darem prioridade em relação ao programa eleitoral, as quais têm vindo a satisfazer. Em seguida, guiaram-se pelo folheto que apresentaram na campanha eleitoral, que continha vinte e três pontos, dos quais já cumpriram onze, esperando conseguir cumprir os restantes até ao final do mandato.

Prosseguiu dizendo que se preocuparam também em manter as tradições das duas freguesias, apoiando as festividades normais e incentivando a aproximação de todos os povos.

Ressaltou ainda o facto de a Câmara Municipal ter vindo a descentralizar a realização de eventos pelas freguesias do Concelho, referindo a iniciativa que teve lugar no dia oito de novembro em Granja Nova e que uniu os dois povos.

Referiu ainda que também se centraram nas dificuldades de deslocação dos habitantes da sua freguesia, as quais tentam colmatar com a disponibilização do máximo possível de serviços, tais como, marcação de consultas no Centro de Saúde, pagamentos de água, luz, IMI, internet, etc., o que têm vindo a conseguir através de trabalhadores que são colocadas por Programas do Instituto de Emprego.

Destacou por isso as parcerias institucionais que têm estabelecido, em face das dificuldades económicas que todas as freguesias enfrentam, pois não querem hipotecar o futuro, ressaltando a importante parceria com a Câmara Municipal para a realização de diversas obras de proximidade executadas na sua freguesia, e ainda a parceria com o Instituto de Emprego para a obtenção de trabalhadores, sendo dessa forma que vão desenvolvendo o trabalho na sua freguesia.

Referiu que tem previsto a recuperação dos edifícios escolares, que lhes foram cedidos pelo Município, contudo em primeiro lugar pretendem satisfazer as necessidades básicas para as pessoas, nomeadamente caminhos, regadios, etc.

Manifestou o seu gosto por viver em Tarouca, nomeadamente pelas associações em que está integrado e por ser Presidente de Junta, pois apesar de lhe tirarem tempo familiar, dão-lhe muita coisa em troca.

Concluiu dando uma palavra de apreço a todos os membros do seu Executivo e da sua Assembleia de Freguesia, cuja relação tem decorrido de forma extraordinária.

- **Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo, Presidente da Junta de Freguesia de Salzedas** - Disse que entende que este balanço deveria ser feito pelo Municípes da sua freguesia, que todos os dias lhe fazem solicitações. Mas como também é um "pedinte" da Câmara Municipal, iniciou o balanço por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara toda a colaboração pessoal e institucional, uma vez que tem estado sempre presente quando é necessário resolver qualquer situação.

Agradeceu ainda ao restante Executivo, porque sem o apoio e colaboração de todos não era possível ter concretizado as obras que realizou na sua freguesia.

Referiu que na sua freguesia os problemas sociais são muito grandes, sentindo-se satisfeito com a resposta que tem sido dada pela Câmara Municipal a essas necessidades, tendo salientado a conclusão do Centro de Dia de Salzedas e a sua entrada em funcionamento, que é um orgulho para o Concelho. Salientou o apoio que todos os dias é dado à população, com a disponibilização de transporte para o IPO, a institucionalização de pessoas que não tinham condições para viver, etc., considerando que as obras sociais são as mais importantes para a sua freguesia, por isso julga que é essencial que o Senhor Presidente da Câmara continue a apoiar as pessoas.

Quanto às obras físicas, ressaltou a execução da parte do saneamento que estava em falta na freguesia.

Concluiu dizendo que não irão esquecer a recuperação dos equipamentos que lhes foram legados, os quais devem ser recuperados e colocados ao serviço das pessoas.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio, Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Tarouca** - Iniciou dizendo que se candidatou há dois anos com uma equipa para darem continuidade ao trabalho que vinha sendo feito pelos seus antecessores, o que têm vindo a concretizar.

Disse que não vai enumerar as obras que têm vindo a realizar nos dois anos de mandato, porque foram muitas e estão à vista de todos, tendo acrescentado que as verbas que recebem têm sido bem aproveitadas e aplicadas na execução de obras importantes para a freguesia, às quais pretendem dar continuidade.

Referiu o Gabinete de Apoio aos Presidentes de Junta, designadamente o colaborador Vasco Teixeira, cujo apoio tem sido uma mais-valia para os Presidentes de Junta, nestes dois anos.

Referiu ainda o Gabinete de Ação Social que também tem sido muito importante para os Presidentes de Junta, a quem recorrem sempre que necessitam de apoiar as pessoas da freguesia, quer para os transportes, quer para ultrapassar as dificuldades sociais dos seus munícipes.

Agradeceu ao membro Manuel do Carmo Ferreira, na qualidade de Presidente da Comissão de Baldios de Várzea da Serra, pela colaboração e apoio que tem dado à sua freguesia com a Equipa de Sapadores, quer para a limpeza de caminhos agrícolas, quer para a floresta.

Agradeceu ainda ao Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo por toda a colaboração dada à sua freguesia.

Agradeceu ainda ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela sua presença em todos os eventos da freguesia e pela forma como tem dirigido os trabalhos desta Assembleia.



Fl.

020

2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Concluiu, agradecendo a todos, em seu nome pessoal e da Junta e Assembleia de Freguesia, toda a colaboração dada à sua Freguesia.

- **Orlando Duarte Tibério Alves, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares** - Disse que vai transmitir a mensagem do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, porque, pela primeira vez, em seis anos de Presidente da Junta, teve que faltar a uma sessão da Assembleia Municipal, tendo-o incumbido de dar nota dos dois anos de mandato.

Referiu que irá salientar algumas obras e investimentos, que têm sido realizados na União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, os quais só foram possíveis concretizar com o apoio e colaboração da Câmara Municipal.

Iniciou por destacar a nova sede da Junta de Freguesia, um espaço que se estava a degradar, e que com a vontade das partes foi recuperado e que hoje dignifica a freguesia.

Salientou de seguida as obras de proximidade, muito importantes para quem delas necessita e que vinham sendo prometidas ano após ano, constando do plano de atividades do Município, mas que nunca eram concretizadas. Referiu que com o apoio do atual Executivo as mesmas foram executadas, designadamente, a recuperação da mina e o encaminhamento da água para os tanques públicos de Gondomar; o caminho calcetado em Gondomar; o arranjo de diversos muros; um caminho no Castanheiro do Ouro; diversos calcetamentos de caminhos que servem terrenos agrícolas, entre outras. Salientou ainda a execução do caminho do Candaíno, que está quase concluído e a execução do saneamento de Teixelo, que já terminou, e que o povo de Teixelo já não acreditava na sua concretização.

Referiu que sabem que não é possível fazer muito mais, porque os constrangimentos financeiros são enormes, salientando a excelente relação que existe entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, e em especial com o Senhor Presidente da Câmara, com quem mantém uma comunicação diária, troca opiniões e discute ideias e soluções. Realçou que esta boa relação é muito importante, pois o Senhor Presidente da Câmara é alguém que está sempre presente, cuja porta está sempre aberta, defendendo e apoiando todas as ideias como se fossem dele, o que permite que se apresente hoje tanto trabalho realizado.

Concluiu agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara, em nome da Freguesia e dos Tarouquenses, por toda a dedicação, disponibilidade e atenção.

- **Gentil Cabral Duarte, Secretário da Junta de Freguesia de Várzea da Serra** - Informou que o Presidente da Junta de Freguesia não compareceu a esta sessão por motivos de saúde, tendo-o incumbido de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e ao restante Executivo pelo empenho e colaboração

dados à freguesia que representa, designadamente pela cedência da mão-de-obra para o calcetamento da rua do Alecrim, cujos paralelos foram cedidos pela Assembleia de Compartes da Freguesia de Várzea da Serra, dada a impossibilidade da Câmara Municipal suportar os seus custos. Agradeceu ainda a cedência dos materiais para a construção da Casa Mortuária; a marcação da estrada entre Tarouca e o Mesio; assim como por todas as ações planeadas com o Executivo da Freguesia.

Concluiu dizendo que muitos outros trabalhos há por fazer, desejando que a colaboração entre as duas Autarquias continue a existir da mesma forma.

Interveio de seguida o **Senhor Presidente da Câmara** tendo dito que depois de tudo o que ouviu, resta-lhe acrescentar que estes dois anos de mandato valeram a pena.

Referiu que nem sabe se é merecedor de todas as palavras que lhe foram dirigidas, e que é com sentido de humildade que as aceita.

Considera que nada do que foi feito seria possível sem a participação dos Presidentes da Junta, pois são eles que conhecem melhor a realidade dos seus povos, e que são uns guerreiros, com quem está em contínuo contacto. São ativos, não estão parados, o que é muito importante.

Prosseguiu dizendo, que quando iniciaram o mandato, e em face da situação financeira do Município verificaram que havia prioridades e decidiram começar por elas.

Referiu que uma das grandes prioridades tem sido a educação das crianças do Concelho que é uma preocupação de todas as famílias, da escola e da comunidade em geral. Por isso desloca-se muitas vezes à escola para se inteirar da situação, tendo-se conseguido diminuir o abandono e o insucesso escolar, porque existe uma excelente parceria entre as várias instituições.

Quanto à Ação Social, disse que têm dado a ajuda possível, quer em termos de melhoria de habitações, cedência de roupa, refeições, cedência de transporte para deslocação ao IPO, etc., de forma a permitir que as pessoas tenham uma vida mais condigna.

Salientou que a Autarquia pode não ter dinheiro para grandes obras, mas para os apoios sociais prioritários tem de continuar a haver verbas, porque o mais importante são as pessoas.

No que se refere ao empreendedorismo, disse que se tem deslocado diversas vezes a várias Instituições para ajudar a resolver situações pendentes de empresas do Concelho, pois entende que se deve dar oportunidade aos empreendedores. Informou que já anda há muito tempo a negociar terrenos para a zona das pequenas indústrias, que será também um incentivo ao empreendedorismo.



Fl. 021
2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse ainda que continuará a batalhar para que a Régiefrutas seja um sucesso, de forma a ajudar os agricultores, criando condições para o escoamento dos produtos endógenos do Concelho.

Referiu que é sua pretensão continuar a trabalhar da mesma forma com os Presidentes de Junta, com quem, para além de uma relação institucional, tem uma relação de amizade e de lealdade, tal como acontece com os restantes elementos do Executivo.

Considera que, para que tudo funcione devidamente, é preciso o empenho de todos, não importando se as ideias são diferentes, pois nada pode ser mais importante do que o respeito de uns pelos outros.

Concluiu agradecendo a todos os funcionários do Município, pelo trabalho desenvolvido ao longo dos dois anos, a quem manifestou o seu reconhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos os membros o trabalho desenvolvido ao longo dos dois anos de mandato, pois para além da dinâmica normal, não se nota as origens partidárias, uma vez que todos colocam em primeiro lugar os interesses do Concelho.

Referiu que esta Assembleia Municipal é um caso único na forma como trabalha e desenvolve a sua atividade, tendo salientado a Comissão Permanente, que junta todos os líderes dos grupos municipais, e que tem sido uma experiência incrível e muito enriquecedora. Agradeceu aos membros da Mesa por toda a colaboração. Faz votos para que se possa ir ainda mais longe nos próximos anos, neste exemplo de intervenção social e cívica, ou seja de cidadania.

Salientou a excelente relação que tem tido com o Senhor Presidente da Câmara, bem como com os Senhores Vereadores, a qual tem sido muito positiva e colaborante.

Realçou ainda o extraordinário testemunho de trabalho que foi dado pelos Senhores Presidentes de Junta, tendo em conta as atuais condicionantes financeiras.

Concluiu manifestando o desejo de continuar a trabalhar da mesma forma, a olhar como grande obra o trabalho de aproximação às pessoas, mas sem perder de vista os grande objetivos do futuro, que estão vertidos no Plano de Atividades, Orçamento e nas Grandes Opções. Agradeceu a todos por esta experiência incrível de vida que têm sido estes anos de mandato, bem como a todo o público presente.

Nesta altura da reunião, pelas dezoito horas e quinze minutos foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, com a presença dos mesmos membros, com exceção dos membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, Ana Palmira Botelho Figueiredo, João Manuel Santos Félix, que chegaram no momento que expressamente se indica.

PONTO 4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2016 (Nº2 DO ARTIGO 49º DA LEI Nº 73/2013, DE 03.09)

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de dois mil e dezasseis, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria (nº2 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 03.09), até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), aprovado em reunião camarária de dezanove de novembro corrente, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, das três propostas recebidas e da informação da Divisão Administrativa e Financeira, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2016, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00

PROPOSTA

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que entrou em vigor no dia 01.01.2014, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano, podendo a respetiva aprovação ser dada pela assembleia municipal na sua sessão anual de aprovação do orçamento (nº2 do artigo 49º e nº2 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 03.09).

O pedido de autorização é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (nº5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Em cumprimento das citadas disposições legais foi solicitada a apresentação de propostas a seis instituições bancárias, das quais três apresentaram proposta, que foram objeto de análise técnica pela Chefe de Divisão da DAF.

Assim, com fundamento na informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de treze de novembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida, **proponho** a V. Exas, que:

no uso das competências previstas na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e na alínea f) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, respetivamente, esta Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização para contratar com a Caixa Geral de Depósitos S.A., com sede em Lisboa, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00



Fl. 022
2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(quatrocentos mil euros), apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do spread de 1,42% e nas demais condições constantes da sua proposta.

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09: de acordo com o nº1 do artigo 50º do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de 2016 e, por consequência, não gerará aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Anexos:

- a) propostas recebidas;
- b) informação da DAF; e
- c) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 13 de novembro de 2015

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos sobre os documentos em causa.

O Senhor Presidente da Câmara informou que este empréstimo é idêntico ao contraído no ano anterior, em regime de conta corrente.

Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os documentos, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação com a Caixa Geral de Depósitos S.A., com sede em Lisboa, de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 (seis) meses, acrescida do spread de 1,42% (um vírgula quarenta e dois por cento) e nas demais condições constantes da sua proposta, a amortizar até ao final do ano dois mil e dezasseis.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Neste momento chegou o membro Ana Palmira Botelho Figueiredo.

PONTO 5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A ARRECADAR EM 2017, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2016

Presente a proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em dois mil e dezassete, referente aos rendimentos de dois mil e dezasseis, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de dezanove de novembro de dois mil e quinze, a qual foi enviada a todos os membros antecipadamente, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, A ARRECADAR EM 2017, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2016

PROPOSTA

Nos termos do n° 2 do artigo 26° da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, a participação dos municípios no IRS depende de deliberação sobre a percentagem deste imposto, pretendida pelo município. Esta deliberação deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitem os rendimentos.

Ao contrário do que se verificava no âmbito da anterior lei das finanças locais, atualmente a ausência da referida comunicação, ou a comunicação para além da referida data, equivalem à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável no IRS por parte dos municípios.

Assim, considerando que:

a) a participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, constitui um direito dos municípios (n°1 do artigo 26° do citado diploma);

b) no caso do município de Tarouca, em 2015 será recebido o montante de € 133 845, correspondente a 5% de participação variável no IRS que incidiu sobre os rendimentos de 2014, sendo que o montante total da participação a transferir para os Municípios, prevista na Lei do Orçamento do Estado, é de € 412 310 566;

c) está em curso o plano de saneamento financeiro, aprovado pelos órgãos municipais no ano de 2010, que impõe a adoção de medidas de maximização da receita, sendo por isso inviável a redução da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, referente a rendimentos a auferir em 2016,

Proponho a V. Excias que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, delibere propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea c) do n° 1 do artigo 25° do citado diploma, **fixe em 5% a participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Tarouca, incidente sobre os respetivos rendimentos de 2016 e a arrecadar em 2017, pretendida por este município para efeitos do disposto no artigo 26° da Lei n° 73/2013, de 03.09.**

Tarouca, 3 de novembro de 2015

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre os documentos em causa.



Fl. 023
2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara informou que não é possível baixar a participação variável no IRS, por causa da obrigatoriedade de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro.

Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os documentos, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar, no uso da competência prevista na alínea c) do número um do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, fixar em 5% (cinco por cento) a participação variável no IRS, incidente sobre os respetivos rendimentos de dois mil e dezasseis e a arrecadar em dois mil e dezassete, pretendida por este município, para efeitos do disposto no artigo vinte e seis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS RESPEITANTE AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR EM 2016

Presente a proposta de fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de dois mil e quinze a liquidar em dois mil e dezasseis, e redução desta taxa nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes do agregado familiar do proprietário, a qual foi aprovada em reunião camarária de vinte e dois de outubro do corrente ano, e enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR EM 2016, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, ATENDENDO AO NÚMERO DE DEPENDENTES DO AGREGADO FAMILIAR DO PROPRIETÁRIO (alínea d) do n° 1 do artigo 25° e alínea ccc) do n°1 do artigo 33° da Lei n° 75/2013, de 12.09 e n°s 5 e 13 do artigo 112° do CIMI)

PROPOSTA

A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n° 1 do artigo 112° do respetivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n° 287/2003, de 12.11, as taxas são as seguintes:

- prédios rústicos: 0,8%;
- prédios urbanos: de 0,3% a 0,5%.

(redação atual do n° 1 do artigo 112°, dada pela Lei n° 83-C/2013, de 31 de dezembro).

Por outro lado, com a publicação da Lei n° 82-B/2014, de 31 de dezembro, foi aditado o n° 13 ao citado artigo 115° do Código do IMI que prevê a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixarem uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no n° 13 do artigo 13° do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro.”¹

Assim, considerando que:

1. Em 2012 foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que teve como consequência o aumento generalizado do valor patrimonial dos prédios urbanos.

2. Os municípios do interior, como é o caso de Tarouca, devem procurar oferecer condições para fixar as famílias e empresas, implementando medidas que permitam uma vantagem competitiva em relação aos municípios do litoral.

3. O montante do imposto a pagar, em especial, pela habitação própria ou pelos estabelecimentos produtivos constituiu um fator decisivo para o desenvolvimento local.

4. As razões de justiça, equidade e de incentivo subjacentes à decisão, tomada em anos anteriores, de manter a taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos.

5. A redução da taxa de IMI incidente sobre prédios urbanos, atendendo ao número de dependentes do agregado familiar do proprietário do imóvel destinado a habitação própria e permanente, não tem impacto significativo nas contas do Município.

6. Pelo contrário, aquela medida terá efeitos positivos no rendimento disponível de cada família, em especial daquelas com maior número de dependentes, contribuindo eventualmente para a fixação de novos agregados familiares no concelho e constituindo um importante incentivo à natalidade,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° da Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma, decida o seguinte:

a) nos termos do n° 5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2015 a liquidar em 2016: 0,3%.

b) nos termos do n° 13 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redação dada pela Lei n° 82-D/2014, de 31 de dezembro, fixe a seguinte redução da

¹ Circular n° 9/2015, de 28.08.2015 da Direção de Serviços do IMI



Fl. 024
2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2015 a liquidar em 2016, no caso de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Redução de taxa até
1	10%
2	15%
3	20%

Em anexo:

1. Circular n° 9/2015, de 28.08.2015 da Direção de Serviços do IMI

2. Informação da Autoridade Tributária e Aduaneira, relativa ao Valor Patrimonial Tributário dos prédios em causa, desagregado por número de dependentes, bem como a coleta correspondente, com referência ao ano de 2014.

3. Informação dos serviços da Divisão Administrativa e Financeira, sobre a evolução da receita do IMI e estimativa da redução da coleta de IMI.

Paços do Município, 20.10.2015

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre os documentos em causa.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis se destina a ajudar as famílias, a incentivar a natalidade e a fixação de pessoas.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que entende que é importantíssimo dar incentivos aos cidadãos e à natalidade, de forma a dar ao Concelho uma dinâmica humana diferente. Disse ainda que este gesto deve fazer-nos refletir sobre o repovoamento dos concelhos do interior.

Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os documentos, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

a) Fixar, nos termos do n°5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2015 a liquidar em 2016: 0,3%.

b) Fixar, nos termos do n°13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redação dada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2015 a liquidar em 2016, no

caso de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Redução de taxa até
1	10%
2	15%
3	20%

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE TAROUCA

Presente a proposta de segunda alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de dois de novembro de dois mil e quinze, a qual foi enviada a todos os membros antecipadamente, e que a seguir se transcreve:

"2ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE TAROUCA

PROPOSTA

O projeto da 2ª alteração ao "Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca", foi submetido a discussão pública, durante trinta dias, aberto por aviso nº 9526/2015, publicado no Diário da República 2ª Série, nº165, de 25 de agosto de 2015, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões ou observações, dentro do prazo fixado.

Assim sendo, proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere aprovar a segunda alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 135, de 14.07.2010, e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12.09, cujo teor é o seguinte:

NOTA JUSTIFICATIVA

A Assembleia Municipal deliberou, em sessão de 30.04.2015, sob proposta fundamentada da Câmara Municipal, declarar, nos termos do nº1 do artigo 144º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei nº42/2014, de 11.07, a invalidade do artigo 37º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 135, de 14.07.2010, com produção de efeitos desde a data da respetiva entrada em vigor (15.07.2010), sem efeito repristinatório do regulamento anteriormente em vigor, uma vez que por força do disposto no artigo 17º da Lei nº53-E/2006, de 29.12, foi o mesmo expressamente revogado a partir de 30.04.2010 (nº3 do citado artigo 144º).



Fl. 025

2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

De acordo com o n°4 do artigo 44° do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n°555/99, de 16.12 (RJUE), devem ser definidos em regulamento municipal os termos da compensação, em numerário ou espécie, a pagar ao Município pelo proprietário, quando não haja lugar às cedências gratuitas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas, previstas no n°1 do mesmo artigo.

Neste contexto, foi elaborada a presente proposta de projeto alteração aos artigos 35° e 36° e de aditamento do novo artigo 37°.

A alteração ao artigo 35° clarifica as situações em que há lugar a cedências obrigatórias e ao pagamento de uma compensação, de acordo com o disposto no citado artigo 44° e o n° 4 do artigo 43° do RJUE, passando-se a dizer cedências em vez de cedências obrigatórias.

O artigo 36° é também alterado, passando a definir as modalidades de compensação, de acordo com o disposto no citado n° 4 do artigo 44°, e fixando as condições em que o Município aceitará o seu pagamento em espécie.

Por fim é aditado o artigo 37°, anteriormente revogado.

Neste artigo é fixada a regra de cálculo da compensação a pagar ao município em numerário, com base numa fórmula clara, simplificada e completa, que visa cumprir o princípio da equivalência jurídica, na medida em que não resultarão da sua aplicação valores indevidamente diferenciados e desproporcionados por a parcela em falta se destinar a espaço verde ou equipamento de utilização coletiva, como acontecia antes.

A fórmula continua a basear-se em alguns fatores fixados no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, acrescentando-lhe outros, por se entender que o valor em numerário da compensação a pagar deve variar não só em função da sua localização, mas também da área a edificar.

A inclusão do índice de cedência visa fazer relevar, a favor do requerente, as cedências efetuadas para infraestruturas.

É incluído o coeficiente de localização para a indústria, não previsto na fórmula anterior.

Por fim, são também definidos os termos da fixação quando a compensação é paga em espécie, matéria até aqui omissa.

Com fundamento no exposto, a Assembleia Municipal de Tarouca delibera nos termos no disposto no n°3 do artigo 3° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16.12 e no uso da competência prevista na alínea k) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12.09, aprovar, após discussão pública, a 2ª alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, cujo teor é o seguinte:

Artigo 1°**Norma legal habilitante**

É aprovada a 2ª alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, publicado pelo Aviso n.º 14039/2010, no Diário da República, 2ª série, n.º 135, de 14.07.2015 e posteriormente alterado por edital n.º 465/2015, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 101, de 26.05.2015, ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16.12, na sua redação atual, nos artigos 136º e 142º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei n.º 42/2014, de 11.07, no artigo 8º da Lei n.º 53-E/2006, de 29.12 e nas alíneas g) do n.º 1 do artigo 25º e ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09.

Artigo 2º

Norma a regulamentar

A presente alteração incide sobre as normas que regulamentam o disposto no n.º 4 do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16.12, quando o proprietário fique obrigado ao pagamento ao Município de compensação, em numerário ou espécie, por não haver lugar a cedência de parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas.

Artigo 3º

Objeto da alteração

São alterados os artigos 35º e 36º e aditado o artigo 37º ao atual Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca nos seguintes termos:

"Artigo 35º

Cedências

1 - As operações de loteamento, e as obras de edificação ou de alteração de uso, quando respeitem a edifícios contíguos ou funcionalmente ligados entre si que gerem, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a um loteamento, bem como as operações urbanísticas de impacto relevante, nos termos e condições do RJUE, devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e as infraestruturas que devam integrar o domínio municipal.

2 - Se o prédio em causa já estiver dotado de todas as infraestruturas urbanísticas e ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaços verdes públicos, ou quando as áreas necessárias para esse efeito ficarem no domínio privado, não há lugar a cedências para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao Município.

Artigo 36º

Modalidades de compensação

1 - A compensação a efetuar pelo titular da operação, poderá ser paga em numerário ou em espécie, podendo a Câmara Municipal recusar o pagamento da compensação em espécie,



2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

quando entenda que as parcelas de terreno ou os bens imóveis a entregar pelo promotor da operação urbanística não satisfazem os objetivos do Município.

2 - A compensação em espécie é efetuada através da cedência de parcelas de terrenos suscetíveis de serem urbanizadas ou de outros imóveis considerados de interesse pelo Município, integrando-se no seu domínio privado.

Artigo 37º**Cálculo do valor da compensação, em numerário ou em espécie**

1 - O valor, em numerário, da compensação a pagar ao Município será determinado de acordo com a seguinte fórmula:

$$C = Vc * A * AI\% * Cu * Cl * (COS - CC + 0,5),$$

Em que,

C = valor da compensação devida ao município;

Vc = valor base dos prédios edificados, fixado anualmente, conforme previsto no artigo 39º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;

A = área das parcelas não cedidas;

AI% = Percentagem do valor do terreno de implantação, conforme artigo 45º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;

Cu = Média ponderada dos coeficientes de utilização/uso, resultante dos seguintes valores:

Habitação: 0,40

Serviços / comércio: 0,30

Indústria: 0,25

Armazéns e arrumos afins, estacionamento, incluindo anexos: 0,20

Cl = fator variável em função da localização, correspondente à média ponderada dos coeficientes de localização definidos no zonamento pelo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;

COS = fator variável em função do índice de construção previsto pela operação;

CC = fator variável em função do índice de cedências sobre as áreas de infraestruturas previstas na operação.

2 - Na alteração de operações urbanísticas/loteamento, aprovadas/admitidas, a compensação a pagar ao Município, será apurada pela diferença entre o valor calculado sobre a proposta e o valor calculado sobre o aprovado/admitido, quando positivo.

3 - A compensação em espécie depende de prévia aceitação por parte da Câmara e, quando aceite, a sua aplicabilidade tem por base o seguinte:

a) Feita a determinação do montante total da compensação, em numerário, se se optar por realizar esse pagamento em espécie haverá lugar à avaliação dos terrenos ou imóveis a ceder ao município, e o seu valor poderá ser determinado por uma das seguintes formas:

i) Por relatório de avaliação elaborado por perito da lista oficial;

ii) Por relatório de avaliação elaborado por uma comissão composta por três elementos, sendo dois nomeados pela Câmara Municipal e o terceiro pelo promotor da operação urbanística, com decisão apurada por maioria absoluta dos votos dos seus elementos;

iii) Por relatório de avaliação elaborado por uma comissão composta por um representante da Câmara Municipal, um representante do promotor da operação urbanística e um técnico designado por cooptação pela comissão.

b) Se, numa ou noutra situação, o relatório de avaliação não for aceite pela Câmara Municipal ou pelo promotor da operação urbanística, recorrer-se-á a uma comissão arbitral, que será constituída nos termos do artigo 118º do RJUE.

c) Todas as despesas que resultem do processo de avaliação decorrem por conta do promotor da operação urbanística.

4 - Se o valor apurado no relatório de avaliação não for aceite pelo promotor, tal decisão é resolvida, em definitivo, pela Câmara Municipal. E, caso o promotor não se conforme com a referida decisão, a compensação é paga em numerário.

5 - Quando se verificarem diferenças entre o valor calculado para a compensação devida em numerário e o valor dessa compensação a entregar em espécie, as mesmas serão liquidadas da seguinte forma:

a) Se o diferencial for favorável ao município, será o mesmo pago em numerário pelo promotor da operação urbanística;

b) Se o diferencial for favorável ao promotor, ser-lhe-á o mesmo deduzido nas taxas que lhe forem aplicadas no âmbito da operação urbanística, e havendo ainda diferencial, ser-lhe-á o mesmo entregue pelo município. "

Artigo 4º

Fundamentação económico-financeira

A fundamentação da fórmula de cálculo prevista no artigo 37º consta do anexo 1 à presente alteração.

Artigo 5º

Entrada em vigor

A presente alteração entra em vigor no dia seguinte à sua publicação na 2ª série do Diário da República."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre os documentos em causa, que a passou à Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira explicou que esta alteração tem essencialmente a ver com a fórmula do cálculo da compensação pela não cedência de espaços para equipamentos ou espaços verdes em processo de operações urbanísticas, em face da incoerência dos valores obtidos com a aplicação da anterior fórmula.



Fl. 027

2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Explicou ainda se fixa a regra de cálculo da compensação a pagar ao município em numerário, com base numa fórmula clara, simplificada e completa.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os documentos, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a segunda alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 135, de 14.07.2010.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura, chegou o membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira.

PONTO 8. APRECIÇÃO E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O RELATÓRIO Nº 1459/2015 DA INSPEÇÃO ORDINÁRIA DA INSPEÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL AO MUNICÍPIO

Presente o relatório número mil e quatrocentos e cinquenta e nove/dois mil e quinze, e cd com anexos, da Inspeção Ordinária ao Município de Tarouca, para efeitos de conhecimento e tomada de posição, em cumprimento do disposto na al. g) nº2 do art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09, o qual foi enviado com antecedência a todos os membros para apreciação e será arquivado sob o número três, do maço de documentos número um, do livro de atas número onze.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre o documento em causa-

O Senhor Presidente da Câmara disse que não se irá pronunciar acerca do presente relatório, pois o mesmo refere-se ao anterior Executivo, tendo apenas dito que nas decisões que tomarem irão ter em conta as recomendações do mesmo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa teve algumas dúvidas relativamente a este documento, o qual foi enviado a todos para conhecimento, pois a Lei refere que é para conhecimento e tomada de posição pela Assembleia, desconhecendo-se se deve ser votado ou não, por isso pediu a opinião dos membros.

Disse ainda que entende que deve ser recomendado ao Executivo que tenham em conta as situações referenciadas no relatório, de forma a serem evitadas no futuro.

Intervieram os seguintes membros:

- **Manuel do Carmo Ferreira** - Propôs que o Executivo informe os Presidentes de Junta sobre alguma matéria que conste do relatório e que seja relevante para as Freguesias, para que se não repitam os mesmos erros.

- **Rui Manuel Costa Pereira** - Acerca da sugestão do membro Manuel do Carmo Ferreira, disse que os Senhores Presidentes de Junta tiveram acesso ao relatório, como todos os membros, o qual devem ler, analisar e tomar as providências que

entenderem necessárias para evitarem cometer os mesmos erros nas suas freguesias.

Não tendo havido outras intervenções, foi tomado conhecimento do relatório número mil e quatrocentos e cinquenta e nove/dois mil e quinze da Inspeção Ordinária ao Município de Tarouca.

PONTO 9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO REGIME DA RAN E DA ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DA DELIMITAÇÃO DA REN, RELATIVA À OBRA DE AMPLIAÇÃO DE UM ENTREPOSTO FRIGORÍFICO COM A ÁREA DE 206 M2, EM QUE É REQUERENTE A SOCIEDADE "MACRO FRIO - COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS ALIMENTARES, SA"

Presente a proposta de reconhecimento de interesse público municipal, para efeitos do disposto no regime da RAN e da alteração simplificada da delimitação da REN, relativa à obra de nova ampliação de um entreposto frigorífico existente com a área de 206 m2, a que se refere o processo n° 3232/15- Informação prévia, em que é requerente a sociedade "Macro Frio - Comércio Internacional de Produtos Alimentares, SA", a qual foi aprovada em reunião camarária de dezanove de novembro de dois mil e quinze, e a seguir se transcreve.

Verificou-se que esta proposta vem acompanhada de uma informação do Chefe de Divisão da DGUA, datada de doze de novembro e dois mil e quinze, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e do processo n° 3232/2015- Informação Prévia.

"PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Processo n° 3232/15-Informação prévia- Ampliação de um entreposto frigorífico

Local: Ponte Nova- Mondim da Beira

Titular: MACROFRIO- COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA

Assunto: **RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO**

Presente o requerimento n° 493/15, de quatro de novembro de 2015, em nome de MACROFRIO, COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES,SA, solicitando informação prévia sobre a ampliação da obra relativa ao estabelecimento industrial existente- entreposto frigorífico unidade transformadora-indústria do tipo 2.

Pretende a empresa MACROFRIO COMÉRCIO INTERNACIONAL PRODUTOS ALIMENTARES Lda., com a apresentação do presente pedido de informação prévia, obter viabilidade para nova ampliação do entreposto frigorífico - Unidade transformadora, Indústria do tipo 2, sito no lugar de "Tapados", freguesia de Mondim da Beira e concelho de Tarouca, no prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 915° e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o n° 00250/19910903, da respetiva freguesia, solicitando o



2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

respetivo reconhecimento público da operação dada a localização em solo da RAN e a alteração simplificada da delimitação da REN.

De acordo com a informação da DGUA e dos elementos constantes do respetivo processo, constata-se que:

- O entreposto proposto a uma nova ampliação, está devidamente licenciado, situa-se junto à margem do rio Varosa, e nos termos do PDM de Tarouca, está em Área de Transformação Condicionada em áreas de Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional - "Zonas ameaçadas pelas cheias" e "Áreas de Máxima Infiltração".

- A referida indústria pré-existente com 1048m², com alvará de autorização de utilização n.º 102/201 e Exploração Industrial n.º 8/n/2011/DRAPNORTE-ISGL1101981, obteve recentemente a licença de obras de alteração/ampliação pela CMTarouca, titulada pelo alvará n.º 7/15, com a ampliação da área de implantação em 842m², pretendendo agora o requerente com a presente informação prévia, ampliar o mesmo em mais 206,0 m², perfazendo assim uma área de ampliação total de 1048,0 m².

- Nos prédios do requerente e confinantes coexiste todo o complexo da empresa.

- A empresa Macro Frio é reconhecidamente uma empresa sólida, tem 43 funcionários, é das empresas privadas de Tarouca com maior dinamismo, está certificada e a desenvolver novos processos de certificação atendo à legislação em vigor e nomeadamente das exigências rigorosas das empresas/países estrangeiros com quem se relaciona comercialmente.

- Não dispondo o município de zona/parque industrial, a pretensão enquadra-se no Plano, nomeadamente, no seu artigo.º 37.º e será viável desde que genericamente respeite o quadro técnico-legal em vigor e bem assim venha a reunir os pareceres de todas as entidades constantes do pedido de informação prévia - Proc.º n.º 1 /2012 CMT e do correspondente licenciamento CMT n.º 7/15, ambos, relativos à ampliação anterior.

Neste contexto, e, com fundamento na mencionada informação técnica, nomeadamente que "o requerente justificou a necessidade da ampliação anterior devido às exigências de mercado e competitividade da empresa, necessitando, de novos e mais equipamentos, maiores Instalações, para produzir mais e novos produtos. As alterações agora propostas visam essencialmente fazer correções técnico-funcionais ao edifício visando a ampliação da área de armazenagem e expedição dos produtos, bem como do cais de cargas e descargas, para que o trajeto dos carros de distribuição seja facilitado, permitindo-se que as operações de picking antes da expedição sejam efetuadas de forma mais bem eficiente. Justifica-se ainda a presente ampliação proposta,

por ser na continuidade da existente e em área do logradouro/acesso viário e pedonal já pavimentados, por exigências técnico/funcionais do complexo empresarial que o prédio e o seu confinante acolhem, sendo por isso a única/melhor alternativa, podendo-se afirmar que não há acréscimo de áreas de REN/RAN por já estarem impermeabilizadas o local escolhido ser também o menos desfavorável no contexto ecológico-ambiental. Não serão praticamente necessários fazer movimentos de terras, uma vez que a ampliação proposta estará a cerca de 1,20m acima do solo, que já se encontra pavimentado.”,

proponho a V:Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista nas alínea t) e ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09:

a) aprovar a presente proposta de alteração simplificada da delimitação da Reserva Ecológica Nacional, para efeitos do disposto no artigo 16.° -A do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n° 166/2008, de 22.08, na sua redação atual; e

b) propor à Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal da supra identificada ação de nova ampliação do estabelecimento existente, com a área de 206 m2, a realizar em solos da Reserva Agrícola Nacional, para efeitos do disposto no artigo 25° do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n° 73/2009, de 31.03, na sua redação atual, ao abrigo do disposto na alínea r) do n°1 do artigo 25° da Lei n°75/2013, de 12.09.

Documentos anexos: informação do Chefe de Divisão da DGUA, datada de 12.11.2015; processo n° 3232/15

Tarouca, 16 de novembro de 2015

A Vereadora Responsável pelo Pelouro,
(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 25/10/2013),

a) Susana Cristina Dias Pereira”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre os documentos em causa, que a passou à Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira explicou que já foi aprovado um anterior pedido de ampliação de um edifício da mesma empresa, considerando que é importante o seu deferimento, porque é para o bem do Concelho. Explicou ainda que dado que os terrenos estão em áreas de RAN e REN, é necessário o reconhecimento do relevante interesse público por esta Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara informou que este foi um dos processos pelos quais se deslocou a outras instituições para acelerar a decisão sobre o mesmo, uma vez que é uma empresa muito importante para o desenvolvimento do Concelho.



Fl.

029

2015.11.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Rufino Marcelo Queirós - Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara por todo o empenho em relação à empresa Macro-Frio, tendo proposto um voto de louvor ao seu gerente Joaquim Oliveira, que tem sido um grande lutador, porque herdou muitas dívidas dos seus pais, mas não cruzou os braços e continuou a lutar, tendo conseguido vencer, é por isso um homem de um enorme valor.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que faz suas as palavras do membro Rufino Marcelo Queirós, realçando as capacidades empreendedoras do referido jovem, entendendo que devem ser valorizados cada vez mais os empreendedores, porque ajudam a criar emprego no Concelho.

Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os documentos, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

a) Aprovar a presente proposta e reconhecer o interesse público municipal da supra identificada ação de nova ampliação do estabelecimento existente, com a área de 206 m², a realizar em solos da Reserva Agrícola Nacional, para efeitos do disposto no artigo 25º do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31.03, na sua redação atual, ao abrigo do disposto na alínea r) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12.09;

b) aprovar a alteração simplificada da delimitação da Reserva Ecológica Nacional, para efeitos do disposto no artigo 16.º -A do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22.08, na sua redação atual.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10. Apreciação da Informação Respeitante aos Compromissos com Encargos Plurianuais Assumidos no Período de 07.09.2015 a 16.11.2015

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de onze de junho corrente, respeitante à realização de despesas com encargos plurianuais contraídas no período de 07.09.2015 a 16.11.2015, ao abrigo da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será arquivada sob o número quatro, do maço de documentos número um, do livro de atas número onze, e que a seguir se transcreve:

"INFORMAÇÃO SOBRE AS DESPESAS COM ENCARGOS PLURIANUAIS A PRESTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PERÍODO DE 07.09.2015 A 16.11.2015

Junto em anexo a lista das despesas com encargos plurianuais contraídas no período de 07.09.2015 a 16.11.2015, ao abrigo da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal em 13.12.2014.

Esta informação após aprovação pela Câmara Municipal será remetida à Assembleia Municipal para conhecimento.
Paços do Município,

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar o assunto, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que para além dos protocolos com as Associações Desportivas, constam ainda o fornecimento de materiais para o abastecimento de água e saneamento e o fornecimento de massa betuminosa a frio.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

PONTO 11 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art.º. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12.09), a qual foi enviada com antecedência para todos os membros e será arquivada sob o número quatro, do maço de documentos número um, do livro de atas número onze.

Interveio os seguintes membros:

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Salientou a quantidade de obras executadas por administração direta, que são as que têm sido possíveis no atual contexto, mas que na maioria das vezes são as mais valorizadas pelas pessoas. Destacou o saneamento no lugar de Teixelo, uma vez que era uma obra que estava no esquecimento.

Em relação ao cinema, ressaltou a qualidade e a atualidade dos filmes que são exibidos.

O Senhor Presidente da Assembleia - Relativamente à instalação do CAO - Centro de Atividades Ocupacionais, disse que se destina a pessoas deficientes. Referiu que esteve no processo de instalação da creche, mas que se sente feliz por ter sido reorganizada a oferta para a primeira infância e ter sido aproveitado o espaço para a instalação de uma valência tão importante. Tarouca tem assim mais vida porque tem capacidade para criar respostas para necessidades concretas das pessoas.

Referiu que, mesmo assim, a taxa de frequência da primeira infância na Santa Casa da Misericórdia é baixa, tendo proposto, no seguimento de uma sugestão apresentada em reunião da Comissão Permanente, que a Câmara Municipal promova em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia um dia

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

aberto por semana para todas as crianças terem oportunidade de experimentar aquela valência. Considera que o contacto com outras crianças contribui muito para o desenvolvimento pessoal das crianças e, por isso, se pudermos ajudar as mães a promover esse contacto será muito importante.

Deu os parabéns à Santa Casa da Misericórdia e particularmente ao membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso pela realização do seminário sobre o AVC, porque é uma problemática da saúde muito importante, tendo sido muito enriquecedor.

Referiu que o grupo conhecido por ELAS, já se transformou numa Associação, o que registou com agrado, desejando-lhes as maiores venturas e felicitando-as pelo trabalho que têm vindo a realizar.

Referiu ainda a criação da Associação dos Amigos de Santa Luzia de Vila Pouca de Salzedas, que estão a fazer um trabalho muito interessante na antiga escola primária de Vila Pouca, atual sede da Associação, com o aproveitamento de diversos materiais.

A propósito, informou que no próximo dia doze de dezembro, terá lugar a 2ª visita no âmbito do Programa Tarouca Cidadão, que desta vez se destina a visitar a freguesia de Salzedas, pretendendo-se que seja uma homenagem ao trabalho dos Presidentes de Junta e às pessoas da Freguesia. Solicitou que todos os membros fizessem o possível por comparecer na mesma.

Referiu ainda a revolução que está a acontecer na saúde em Tarouca, que é um exemplo para outros concelhos. Efetivamente, Tarouca integra as dinâmicas do Serviço Nacional de Saúde, destacando a Unidade de Cuidados na Comunidade, que trabalha junto das pessoas todos os dias da semana, as dinâmicas que a Santa Casa da Misericórdia realiza, bem como de outras instituições e ainda o trabalho exemplar que o Executivo está a desenvolver nessa área.

Concluiu agradecendo a colaboração do Senhor Presidente da Câmara e de todos os presentes.

O Senhor Presidente da Câmara desejou a todos um Santo e Feliz Natal, agradecendo a todos a forma elevada como têm estado nesta Assembleia Municipal.

Terminadas as intervenções, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, agradeceu o trabalho prestado pela colaboradora designada pelo Município para apoiar este órgão.

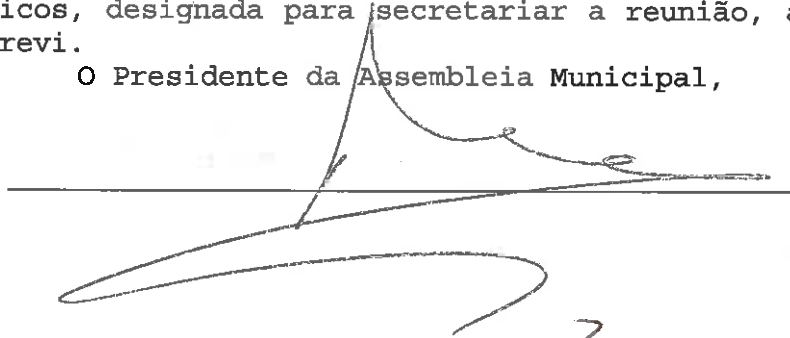
Procedeu de seguida à leitura em voz alta da minuta das deliberações aprovadas nesta sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a

presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Maria Guerra Borges* Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.